



A imaginação como fundamento das ciências experimentais

*Pablo Henrique Santos Figueiredo**

Resumo: David Hume, em seus livros *Tratado da Natureza Humana* e *Investigação Acerca do Entendimento Humano*¹, propõe a divisão da mente humana em percepções fortes e vivas, as quais recebem o nome de impressões, e suas cópias, que, por sua vez, recebem o nome de ideias. Estas percepções da mente também se dividem em duas: memória e imaginação. A primeira, com maiores graus de força e vivacidade, e a segunda com menores graus de força e vivacidade. As percepções da mente se relacionam a partir das relações filosóficas, que são princípios de associação e dissociação de ideias. A relação da imaginação com as ciências empíricas é o principal aspecto deste trabalho, de modo que, no decorrer do texto, os aspectos que fomentam esta relação serão trabalhados, ilustrando a importância que tem a imaginação no advento das ciências experimentais.

Palavras-chave: Hume; Imaginação; Ciência.

The imagination as foundation of the experimental sciences

Abstract: David Hume, in his books *A Treatise of Human Nature* and *An Enquiry Concerning Human Understanding*, proposes the division of human mind in in strong, lively perceptions, which are called impressions, and their copies, which,

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: pablo_ncortex@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7994644941214769>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3616-2736>.

¹ No decorrer deste trabalho o *Tratado da Natureza Humana* será chamado apenas de *Tratado*, e a *Investigação Acerca do Entendimento Humano*, apenas de *Investigação*. Para citações referentes ao *Tratado* será utilizado o seguinte padrão para referências: OBRA. LIVRO. PARTE. SEÇÃO. PARÁGRAFO. O *Tratado* será abreviado como TNH.

in turn, receive the name of ideas. These perceptions of the mind are also divided into two: memory and imagination. The first, with higher degrees of force and vivacity, and the second with lower degrees of force and vivacity. The perceptions of the mind are related from the philosophical relations, which are the principles of association and dissociation of ideas. The ratio of the imagination with the empirical sciences is the main aspect of this work, so that, throughout the text, aspects that foster this relationship will be worked out, illustrating the importance of the imagination in the advent of experimental sciences.

Keywords: Hume; Imagination; Science.

As percepções da mente

Toda a teoria do conhecimento de David Hume é construída em torno daquilo que ele denomina *percepções da mente*. Estas percepções são as informações que a mente é capaz de perceber, ou mesmo receber. A mente ignora as fontes das impressões, uma vez que não temos acesso a nada além destas. São divididas em dois blocos, a saber, *impressões* e *ideias*. Ocorre que a mente, conforme dito anteriormente, recebe informações de fontes desconhecidas. Estas informações sensíveis são chamadas de impressões. Elas são intensas, vívidas, fortes o bastante para deixar na mente uma marca, uma cópia delas mesmas. Estas cópias recebem o nome de ideias e, como toda cópia, apresentam as mesmas informações existentes em sua “via original”, mas levemente enfraquecidas, ou em outros casos, quase apagadas. Portanto, as ideias se apresentam à mente distantes do eixo das impressões. São menos vívidas e menos intensas. Assim diz Hume sobre as percepções da mente: “A primeira circunstância que me chama a atenção é a grande semelhança entre nossas impressões e ideias em todos os pontos, exceto em seus graus de força e vivacidade” (TNH, 1.1.1.3). Também afirma que, “cada um, por si mesmo, percebe imediatamente a diferença entre sentir e pensar” (TNH, 1.1.1.1). A discussão em que este excerto se encontra trata da distinção entre estas percepções da mente, quando ele determina que as impressões

são *sentidas* e as ideias são *pensadas*. A grande diferença posta é a via de acesso à mente, uma vez que as impressões são obtidas por meio da sensibilidade, ou da reflexão de ideias, no caso das paixões, e as ideias são pensadas ou lembradas. Elas ocorrem à mente fortuitamente ou por força de algum mecanismo, algo que será tratado adiante. Hume afirma logo no início do *Tratado* que os graus de diferenciação entre estes dois tipos de percepções da mente são facilmente distinguíveis, mas antecipa uma questão pertinente: o que acontece com as percepções durante o sono ou o delírio? Sendo cópias das impressões, as ideias poderiam ser confundidas com suas impressões originárias, não fossem suas cores pálidas e seus menores graus de vivacidade. Ele afirma que as percepções da mente podem se apresentar, em alguns casos, muito próximas e que,

por exemplo, no sono, no delírio febril, na loucura, ou em qualquer emoção mais violenta da alma, nossas ideias podem se aproximar de nossas impressões. Por outro lado, acontece, às vezes, de nossas impressões serem tão apagadas e fracas que não somos capazes de as distinguir de nossas ideias (TNH 1.1.1.1).

Na *Investigação* Hume fala deste mesmo aspecto de fraqueza das ideias em relação às impressões e afirma:

O máximo que podemos dizer delas, mesmo quando atuam com seu maior vigor, é que representam seu objeto de modo tão vivo que *quase* podemos dizer que o vemos ou que o sentimos. Mas, a menos que o espírito esteja perturbado por doença ou loucura, nunca chegam a tal grau de vivacidade que não seja possível discernir as percepções dos objetos (HUME, 1999, p. 35).

Portanto, ainda que impressões e ideias se apresentem à mente com graus semelhantes de força e vivacidade, a mente, salvo exceções, é plenamente capaz de identificar e diferenciar as impressões e as ideias.

Além da diferenciação entre impressões e ideias, Hume nota que ambas as percepções da mente ainda se dividem em outras duas categorias: *simples* e *complexas*. Uma impressão, em termos gerais, só pode ser obtida por meio da experiência sensível. Assim sendo, Strominger afirma que “[...] apenas uma cor, sabor ou cheiro particulares podem ser exemplos de percepções simples”² (STROMINGER, 1980, p. 96). Toda ideia simples pode ser extraída de ideias complexas. A ideia de maçã não vem à mente desacompanhada da ideia de alguma cor, mas dela podemos extrair esta ideia. Portanto, as impressões que restam são classificadas como complexas. Desta forma, as ideias simples podem ser obtidas a partir das impressões e, em alguns casos, por meio da própria imaginação. Já as ideias complexas podem ser rapidamente diferentes. Uma ideia complexa não precisa, necessariamente, ter sido obtida da forma que ela se apresenta, ou seja, com os mesmos elementos, graças à imaginação. Isto ocorre pelo fato de que as ideias, quando na imaginação, podem ser associadas ou dissociadas arbitrariamente. Esta capacidade parece ter origem na “[...] liberdade que tem a imaginação de transpor e transformar suas ideias” (TNH 1.1.3.4). As ideias complexas chamaram a atenção de Hume mais uma vez, convidando-o a uma nova análise sobre sua afirmação de que “[...]todas as nossas *ideias* e impressões são semelhantes” (TNH 1.1.1.4). A própria argumentação de Hume o levou a esta nova análise, baseada na capacidade da mente de transpor e transformar ideias da imaginação, o que leva ao questionamento acerca de nossa capacidade de representar ideias complexas. Ele explica as impressões e ideias complexas usando o exemplo de um cômodo de uma casa, de tal modo que, ao imaginá-lo, são apresentadas à mente ideias que representam com exatidão as impressões sentidas de alguém que estava em determinado quarto. Porém, como seria possível trazer à mente com exatidão de detalhes uma ideia complexa maior como, ele mesmo afirma, a de Paris?

² No original: [...] *only a particular colour, taste, and smell can be an example of a simple perception.*

Observo que muitas de nossas ideias complexas jamais tiveram impressões que lhes correspondem, e que muitas de nossas impressões complexas nunca são copiadas de maneira exata como ideias. Posso imaginar uma cidade como a *Nova Jerusalém*, pavimentada de ouro e com seus muros cobertos de rubis, mesmo que nunca tenha visto nenhuma cidade assim. Eu vi *Paris*; mas afirmou por isso que sou capaz de formar daquela cidade uma ideia que representa perfeitamente todas as suas ruas e casas, em suas proporções reais e corretas? (TNH 1.1.1.4).

Esta análise levou Hume a uma nova afirmação acerca das percepções da mente. A partir de sua nova análise afirmou que “toda idéia simples tem uma impressão simples a que ela se assemelha; e toda impressão simples, uma ideia correspondente” (TNH 1.1.1.5). Certamente é digno de nota explicar a ordem proposta por Hume, que afirma que as ideias derivam das impressões e, assim, as sucedem. Ora, como sugere o próprio Hume, basta que, seja quem for que duvidar desta ordem, apresente uma impressão simples que não seja correspondida por nenhuma ideia e, da mesma forma, uma ideia simples que não tenha impressão de que lhe corresponda. Deste modo, tem-se que “todas as nossas ideias simples, em sua primeira aparição, derivam de impressões simples, que lhes correspondem e que elas representam com exatidão” (TNH 1.1.1.7). Hume propõe um exemplo de exceção à esta ordem, mas como ele mesmo afirma, um exemplo tão isolado e tão incomum que não se mostra forte o bastante para nos obrigar a ignorar a ordem dada. O exemplo sugerido é que fossem colocados todos os matizes de azul em ordem, do mais claro ao mais escuro e que, no meio daquela sequência, entre dois matizes, um deles fosse removido da sequência. O resultado de tal experimento é que, mesmo sem jamais ter visto aquele matiz faltante, a mente pode facilmente notar sua ausência e, por comparação aos matizes adjacentes, formular o faltante. Como já foi afirmado, o exemplo por si só é singular o bastante para não anular ou mesmo enfraquecer a teoria do conhecimento de Hume, tampouco a ordem de origem sugerida por ele para impressões e ideias.

Da mesma forma que impressões e ideias se dividem e se diferenciam, assim o fazem *memória* e *imaginação*. Ocorre que são diferenciadas pelos graus de força e vivacidade, sendo a memória mais intensa e viva que a imaginação. Claro que suas fontes coincidem, uma vez que “todas as nossas ideias simples, em sua primeira aparição, derivam de impressões simples” (TNH 1.1.1.7). Mas, diferente do que se pode pensar, memória e imaginação não se portam como caixas separadas onde são arquivadas as ideias de acordo com sua vivacidade. Na verdade, Hume sugere que a mente é dividida em zonas de intensidade: se muito intensa, uma ideia se apresenta à memória, mas se pouco intensa, se apresenta à imaginação.

Memória e imaginação apresentam características operacionais e não depositárias³. Assim, a memória apresenta um sentido diferente do comum, diferente do utilizado no dia-a-dia. Mas, então, onde ficam alojadas as ideias? Segundo a teoria do conhecimento de Hume, as ideias ficam na mente e se apresentam a nós fortuitamente, ou por meio de algum mecanismo, de acordo com seus graus de força e vivacidade. Assim, afirmar que memória e imaginação apresentam características operacionais significa dizer que elas operam as ideias. Conforme dito anteriormente, as ideias da memória se apresentam com mais força e vivacidade, por estarem mais próximas ao eixo da sensibilidade, enquanto as ideias da imaginação se apresentam com níveis menores de força e vivacidade. Disto, segue-se que essas cópias de impressões apresentam outras características que, inclusive, auxiliam na tarefa de diferenciar e separar as ideias que são apresentadas na memória ou na imaginação.

A memória, por apresentar maiores graus de força e vivacidade, apresenta à mente as ideias na ordem em que elas foram impressas. Isto

³ Hume nega a assertiva de Locke, formulada da seguinte maneira: “Constitui nisso a memória, que se assemelha a um armazém de ideias. Portanto, sendo a mente humana limitada a ponto de ser incapaz de manter ao mesmo tempo muitas ideias sob a vista e observação, mostrou-se necessário um depósito para preservar aquelas ideias que, em outra oportunidade, podem ser usadas” (LOCKE, 1999, p. 81). Hume sugere que, na verdade, a memória – e isso vale também para a imaginação – seja o modo como as ideias se apresentam à mente, de acordo com seus graus de força e vivacidade.

significa dizer que uma ideia da memória não se apresenta sozinha à mente. É possível afirmar que as ideias presentes na memória são ideias contextualizadas, uma vez que sempre apresentam as ideias em seu contexto original. Alguém que se recorda de algum evento, não se recorda apenas do ocorrido, mas também do ambiente e das condições em que aquela ideia foi impressa. Estes maiores graus de força e vivacidade conectam as ideias na ordem em que elas foram impressas na mente e, por esta razão, elas se apresentam em um contexto. Além disto, as ideias da memória, graças aos maiores graus de força e vivacidade, não se apresentam fora da ordem de afecção. As ideias apresentadas à memória são unidas na sequência em que surgiram enquanto impressões, sem alteração. Uma pessoa se lembra de ter acordado e levantado, com as luzes de seu quarto apagadas e com um feixe de luz entrando pela janela nesta ordem, por ter percebido as impressões nesta ordem. Portanto, é incomum que ideias simples se apresentem à memória, sendo ela mais visitada por ideias complexas.

Por outro lado, a imaginação apresenta à mente ideias com menores graus de força e vivacidade. Estas ideias, já enfraquecidas, podem ser facilmente transpostas. Não há dificuldade em se alterar a ordem das ideias de algo há muito ocorrido e já apagado na mente. Conforme citado anteriormente, Hume afirma que uma circunstância que chamou sua atenção foi a capacidade apresentada pela imaginação para transpor ou comutar as ideias que ela apresenta. Isto permite à mente obter ideias simples por decomposição e complexas por composição. Ideias simples por decomposição são obtidas quando a imaginação, percebendo uma diferença entre características de uma ideia, como, por exemplo, a cor da maçã, permite que elas sejam separadas. A cor, apresentada à mente sozinha, é uma ideia simples e, neste caso, obtida por decomposição. O processo inverso também é possível. Ideias simples, ou até mesmo ideias complexas, podem ser associadas formando novas ideias complexas. Estas, por sua vez, ainda podem ser associadas ou dissociadas, criando novas ideias complexas. O que chama a atenção aqui é o fato de que, geralmente, senão sempre, estas ideias não apresentam referencial direto na

sensibilidade, ou seja, não foram concebidas da maneira que são apresentadas à mente: a ideia do *minotauro* não foi concebida da mesma forma que ela se apresenta à mente, afinal de contas, não é muito comum que alguém com cabeça de touro seja visto caminhando pelas ruas da cidade. O mesmo vale para todas as outras ideias complexas formadas por composição: apenas partes delas podem ser encontradas na sensibilidade, mas não a ideia como um todo.

Associação de ideias

Ora, se existem ideias complexas que são formadas a partir da conexão de ideias simples, existem também princípios associativos, ou qualidades que permitem que as ideias se associam e “nada seria mais inexplicável que as operações dessa faculdade⁴, se ela não fosse guiada por alguns princípios universais, que a tornam, em certa medida, uniforme em todos os momentos e lugares” (TNH 1.1.4.1). Estes princípios universais, estas regras de conexão e de associação são importantes para a vida cotidiana e para a boa operação das ideias, “e isto é tão visível em nossos pensamentos e conversas mais sérias que qualquer pensamento particular que interrompe a sequência regular ou o encadeamento das ideias é imediatamente notado e rejeitado” (HUME, 1999, p. 34). Hume se preocupa com este aspecto devido não só ao processo de formação de ideias complexas obtidas por composição, mas também devido ao advento da *crença* e da *inferência*⁵. Estes dois conceitos se relacionam, e de certa forma dependem, da associação de ideias e seu bom funcionamento permite à mente trabalhar com certa segurança ao tratar de assuntos vindouros ou de antecipar eventos. Assim, ele pretende demonstrar princípios regulares de conexão e associação de ideias. Hume pondera:

⁴ Apesar de fazer uso do termo “faculdade”, Hume não descreve o que seria uma faculdade, nem usa o termo no sentido usado por Kant anos depois. Hume parece tratar por “faculdade” a capacidade que a mente tem de administrar as ideias já obtidas.

⁵ Crença e inferência serão assuntos tratados mais detidamente no decorrer do texto.

Fossem as ideias inteiramente soltas e desconexas, apenas o acaso as juntaria; e seria impossível que as mesmas ideias simples se reunissem de maneira regular em ideias complexas (como normalmente fazem) se não houvesse algum laço de união entre elas, alguma qualidade associativa, pela qual uma ideia naturalmente introduz a outra (TNH 1.1.4.1).

Estas qualidades associativas são parte das sete relações filosóficas que a mente é capaz de desenvolver. “Existem sete tipos diferentes de relação filosófica: *semelhança, identidade, relações de tempo e espaço, proporção de quantidade ou número, graus de qualidade, contrariedade e causalidade*” (TNH 1.3.1.1). Estas relações são divididas em dois grupos, de acordo com a natureza das ideias envolvidas em cada uma destas relações. O primeiro grupo, no qual são alocadas as relações de semelhança, contrariedade, graus de qualidade e proporções de quantidade ou número, trata de relações que dependem inteiramente das ideias comparadas, sem nenhuma necessidade de uso ou existência da experiência sensível para sua validade. Estas relações se mantêm inalteradas enquanto as próprias ideias não se alterarem: “é a partir da ideia de um triângulo que nós descobrimos a relação de igualdade que existe entre seus três ângulos e dois ângulos retos” (THN 1.3.1.1)⁶. Ou seja, existem ideias que não dependem, na comparação entre si, da experiência. Isto é válido para as ideias da matemática, lógica, álgebra y geometria. São, portanto, o que Hume chamou de *relações de ideias* (HUME, 1999, p. 47). Angela Coventry em sua obra “Compreender Hume” aponta claramente as características apresentadas por estas relações.

⁶ “’tis from the idea of a triangle that we discover the relation of equality, which its three angles bear to two right ones; and this relation is invariable, as long as our idea remains the same”. No texto de Déborah Danowski o trecho se encontra da seguinte maneira: “é partindo da ideia de um triângulo que descobrimos a relação de igualdade que existe entre seus três ângulos e dois retos; e essa relação fica invariável enquanto nossa ideia permanece a mesma”.

As relações de ideias têm as seguintes características: incluem tudo que é intuitivamente ou demonstrativamente certo; negá-las envolve uma contradição; podem ser descobertas só pelo pensamento, sem evidência alguma de algo existente; incluem pura matemática (geometria, álgebra y aritmética) (COVENTRY, 2011, p. 107).

Restam, então, três relações filosóficas, a saber, identidade, relações de tempo e espaço e causalidade que, por sua vez, são chamadas como *questões de fatos* (HUME, 1999, p.47). Estas, por sua vez, dependem e são influenciadas pela experiência quando comparadas.

As questões de fatos⁷ dependem do que a experiência nos diz e têm as seguintes características: não intuitivamente certas; negativa não envolve contradição; envolve a existência ou não existência de algo; inclui tudo abaixo da certeza e da demonstração (COVENTRY, 2011, p. 108).

Isso significa dizer que essas relações são objetos da mente, e que elas tratam de coisas diretamente dependentes da experiência. Afirmar, por exemplo, que “a noite virá”, só é possível com segurança devido ao fato de que constantemente o homem tem presenciado a noite surgir após o dia e, com ela, a escuridão. Porém, só é possível afirmar algo desta natureza após um número considerável de repetições constantes destes eventos. Assim, é perfeitamente possível conceber o contrário e afirmar que “a noite não virá”. Talvez um exemplo que apresente uma quantidade de repetições notadamente inferior cairá bem. Afirmar que “o professor de determinada disciplina virá esta noite” não impede que alguém afirme que “o professor de determinada disciplina não virá esta noite”. Isto é perfeitamente possível, uma vez que a vinda ou não do professor em questão só pode ser

⁷ O texto original de Angela Coventry traz o termo *matter of facts*, do mesmo modo que o apresentado na Investigação, porém a tradução apresenta o termo como “coisas em geral”. Portanto, será utilizada a tradução já consagrada desse termo como “questões de fato”.

percebida pela experiência sensível e, assim, somente será verdade esta afirmação ou negação, caso ele venha ou não esta noite.

Hume afirma que a união entre ideias pode ocorrer de três modos distintos, de acordo com as características das ideias envolvidas. Segundo Hume, essas “qualidades que dão origem a tal associação, e que levam a mente, dessa maneira, de uma ideia a outra, são três, a saber: SEMELHANÇA, CONTIGUIDADE no tempo ou no espaço, e CAUSA e EFEITO (TNH 1.1.4.1). O primeiro dos modos é a *semelhança*. Ideias semelhantes são facilmente unidas e relacionadas. Uma foto ou retrato de um conhecido remete à pessoa em questão, da mesma forma que um busto esculpido em mármore pode remeter ao autor representado ali ou à sua obra. Isto ocorre por serem ideias que apresentam entre si graus maiores ou menores de similitude. O segundo modo de associação de ideias é a *contiguidade*. Ideias contíguas remetem umas às outras de acordo com sua contiguidade no tempo e espaço. A ideia de uma casa remete à ideia de outras casas e, portanto, de um bairro ou cidade. Do mesmo modo que ideias que foram adquiridas sempre num mesmo período, ou que vêm à mente sempre num mesmo período são contíguas no tempo. O último modo de associação a ser mencionado é o da *causalidade*⁸. Ideias se conectam por meio da causalidade quando suas impressões originárias respectivas ocorrem sempre na mesma ordem e, a partir da primeira da primeira a mente se mostra capaz de prever a segunda. Pode-se dizer com segurança, segundo este princípio, que a ideia do calor deriva do fogo, bem como a ideia do frio deriva do gelo. Este tipo de relação é o que se apresenta à mente com mais vigor. Sua importância é vital para a teoria do conhecimento de Hume, mas ela será estudada com mais detalhes logo adiante.

Em várias partes do *Tratado*, da *Investigação* ou mesmo no decorrer deste texto, é possível perceber que a conjunção de ideias é um assunto recorrente em toda a teoria do conhecimento de Hume. Disto, pode

⁸ Essas três relações, além de serem qualidades associativas, constam também das sete relações filosóficas apontadas anteriormente.

ocorrer a alguém a seguinte dúvida: se podemos unir ideias, como podemos diferenciá-las e separá-las? Esta dúvida, além de pertinente, pode ajudar a esclarecer muitos aspectos presentes na teoria do conhecimento de Hume. Pois bem, Hume diz que “sempre que a imaginação percebe uma diferença entre ideias, ela pode facilmente produzir uma separação” (TNH 1.1.3.4). Hume insiste nesta capacidade da mente de separar e distinguir objetos, dizendo que “todos os objetos diferentes são distinguíveis, e que todos objetos distinguíveis são separáveis pelo pensamento e imaginação” (TNH 1.1.7.3). Desta forma, percebemos que a imaginação é plenamente capaz de dar curso a este processo de perceber as diferenças entre as percepções da mente e criar uma separação entre elas. Nos interessa então saber como a imaginação realiza este processo de distinção e separação de ideias.

Hume afirma em várias passagens do tratado que todas as ideias diferentes são separáveis. Vimos logo acima que a imaginação é a responsável por esta distinção e separação. Entretanto, Hume sugere uma dificuldade para a compreensão desta afirmação – que todas ideias diferentes são separáveis. A dificuldade ocorre quando pensamos na distinção entre a figura e o corpo figurado (TNH 1.1.7.17), e ela surge a partir do próprio princípio de distinção e separação de ideias. Hume afirma: “[...] se a figura for diferente do corpo, suas ideias deverão ser separáveis, bem como distinguíveis; se não for diferente, suas ideias não poderão ser nem separáveis nem distinguíveis” (TNH 1.1.7.17). Desta forma, tem-se a dificuldade em saber se a figura do corpo é diferente dele mesmo. Como é possível, então, pensar nesta distinção? Hume afirma que

é certo que a mente jamais teria sonhado em distinguir uma figura de um corpo figurado – uma vez que, na realidade, estes não são nem distinguíveis, nem diferentes, nem separáveis –, se não houvesse observado que, mesmo nessa simplicidade, poderiam estar contidas várias semelhanças e relações diferentes (TNH 1.1.7.18).

Estas semelhanças e relações distintas são abstraídas da sensibilidade e é por meio do hábito que elas são percebidas. A partir daí, a imaginação encontra estas diferenças e as destaca, do mesmo modo que é feito com as ideias complexas. O que leva o argumento ao próximo aspecto, o da explicação. Hume apresenta a seguinte reflexão:

[...] Quando se nos apresenta um globo de mármore branco, recebemos apenas a impressão de uma cor branca disposta em uma certa forma, não sendo capazes de separar nem distinguir a cor da forma. Mas, observando, em seguida, um globo de mármore negro e um cubo de mármore branco, e comparando-os com nosso primeiro objeto, encontramos duas semelhanças separadas, naquilo que antes parecia, e realmente é, completamente inseparável (TNH 1.1.7.18).

O que se segue deste argumento é que, tendo a mente, mais precisamente a imaginação, percebido as características de um determinado objeto, no exemplo um globo de mármore branco, ela pode, utilizando a relação natural da semelhança, comparar os objetos distintos, encontrado em cada um deles, características que se encontram no primeiro e nos segundos objetos. O globo de mármore branco apresenta características simples: seu corpo é esférico e sua cor é o branco. A característica da forma do globo se repete no globo de mármore negro, já que este também apresenta forma esférica, mas não a mesma cor. Já o cubo de mármore branco repete a característica da cor do globo branco, mas não a sua forma. Assim, a mente percebe que características de um objeto podem estar presentes em outro, permitindo a ela uma abstração destes objetos inseparáveis.

Quando queremos considerar apenas a forma do globo de mármore branco, formamos, na realidade, uma ideia tanto da forma como da cor, mas tacitamente dirigimos nossa atenção para sua semelhança com o globo de mármore negro. E, do mesmo modo, quando queremos considerar apenas sua cor, voltamos nosso

olhar para sua semelhança com o cubo de mármore branco (TNH 1.1.7.18).

Isto mostra que a mente, ao abstrair as características de determinado objeto por semelhança, passa a compará-las e associá-las com as características de outros objetos. O fato de tanto o globo de mármore branco, quanto o de mármore negro, apresentarem figuras esféricas faz com que, ao focar a mente na característica da forma, ela seja levada de um ao outro, a partir da característica que se repete em cada um dos globos. O mesmo ocorre entre o globo de mármore branco e o cubo de mármore branco. Se a mente é direcionada a pensar na cor do globo, ela é levada, pelo costume, ao cubo, já que ambos apresentam a cor branca em sua composição. Pode-se concluir, portanto, que é por meio de uma abstração e do hábito que a imaginação separa ideias, mesmo aquelas que, como afirma Hume (TNH 1.1.7.18), são inseparáveis.

Imaginação, crença, causalidade

“Não há nada mais livre do que a imaginação humana [...]” (HUME, 1999, p. 64): assim começa a segunda parte da quinta seção da *Investigação*. A imaginação é notadamente livre em suas associações, e pode criar na mente

[...] uma série de eventos com toda a aparência de realidade, pode atribuir-lhes um tempo e um lugar particulares, concebê-los como existentes e descrevê-los com todos os pormenores que correspondem a um fato histórico, no qual ela acredita com a máxima certeza. Em que consiste, pois, a diferença entre tal ficção e a crença? (HUME, 1999, p. 64).

Por conseguinte, é possível perceber ao menos duas espécies de “comportamento” – por falta de termo mais apropriado – ou tipos de associações feitas na imaginação. A primeira e mais regular é a capacidade da imaginação de administrar as ideias a fim de antecipar acontecimentos

vindouros, tendo por base a série de repetições de impressões semelhantes. A imaginação, desta forma, apresenta regularidades nas suas associações. Ainda assim, “formar monstros e juntar formas e aparências incongruentes não causam à imaginação mais embaraço do que conceber os objetos mais naturais e mais familiares” (HUME, 1999, p. 36). Claramente, mesmo que obedecendo a princípios associativos, a imaginação é plenamente livre quando associa suas ideias. Mas o que é a crença? Certamente pode haver algum preconceito a respeito do termo, que leve o leitor a relacioná-lo com o sentido religioso geralmente aplicado a ele. Entretanto, crença, segundo a teoria do conhecimento de Hume, é o assentimento que a mente confere à sequência de ideias concebidas. “Crer, neste caso, é sentir uma impressão imediata dos sentidos, ou uma repetição dessa impressão na memória” (TNH 1.3.5.7). Deste modo, assim como na relação de causalidade, uma conexão mais intensa ocorre quando uma maior série de conjunções constantes entre ideias ocorrem, se a ideia corrente confere com as sequências de ideias já adquiridas, a mente cria o assentimento, ou seja, a crença. A partir disso, afirma Hume, “[...] conluo que a crença, que acompanha a impressão presente, e é produzida por um certo número de impressões e conjunções passadas, surge imediatamente, sem nenhuma operação nova da razão ou imaginação” (TNH 1.3.8.10). Hume afirma que a crença não é nenhum tipo de operação do entendimento ou da imaginação. Ela se comporta como um princípio natural da mente, desenvolvido a partir da regularidade apresentada pelas conjunções entre determinadas percepções da mente. Sendo uma relação natural, ela depende da experiência sensível e é abordada no âmbito das questões de fato. Desta forma, tem-se que uma “[...] crença pode ser definida mais precisamente como UMA IDEIA VÍVIDA RELACIONADA OU ASSOCIADA COM UMA IMPRESSÃO PRESENTE” (TNH 1.3.7.5). A esta passagem de uma impressão a uma ideia, Hume dá o nome *inferência*. Ela só pode ocorrer, segundo Hume (TNH 1.3.6.2), por meio da experiência. Esta, por sua vez, surge de exemplos frequentes de existência de determinadas espécies de objetos acompanhados por objetos de outra espécie e apresentados à mente numa ordem regular de contiguidade e

sucessão. Considerando que todas as vezes que o homem viu o fogo, percebeu o calor, e que todas as vezes que viu o gelo, percebeu o frio, o homem, sempre notando essas impressões em ordens regulares de afecção, se torna capaz de perceber sua conjunção constante nos diversos casos ocorridos em diversas situações. Desta forma, sempre que uma impressão semelhante for captada pela sensibilidade, a mente será levada a inferir a próxima ideia na ordem das probabilidades⁹.

Gostaria de estabelecer como uma máxima geral da ciência da natureza humana que, *quando uma impressão se torna presente a nós, ela não apenas conduz a mente às ideias com que está relacionada, mas também comunica-lhes parte de sua força e vividez* (TNH 1.3.8.2, grifos no original).

Ou seja, a impressão presente que levará a mente a uma outra ideia, é capaz de fazê-lo graças à sua própria vivacidade que é transferida à ideia inferida. Esta vivacidade parece funcionar como um gatilho que aciona a ideia, trazendo-a à mente. Assim, a inferência precisa do estoque de conjunções constantes presentes na mente e de que uma impressão seja percebida ou uma ideia seja lembrada pela mente. Assim, a inferência não é uma simples passagem de uma impressão a uma ideia feita na mente. Para que ela ocorra, é preciso que exista uma série prévia de acontecimentos semelhantes a fim de fomentar a inferência. Sempre que uma impressão leva a mente a uma ideia diferente daquela, porém relacionada, ela transfere àquela ideia parte da vivacidade apresentada na impressão presente, fortalecendo a crença que temos naquilo. A imaginação, ao sugerir a crença, permite ao homem o cálculo das questões de fato, possibilitando também que acontecimentos vindouros sejam

⁹ Uma das atribuições da imaginação é calcular a probabilidade tendo por base eventos já ocorridos. De modo sumário, toda vez que a mente percebe uma impressão ou apresenta uma ideia, a imaginação busca o caso mais relacionado com o presente, ou seja, a ideia da situação que mais sucedeu aquela em toda a cadeia de sucessões.

antecipados por esta ação da mente. É isto que permite que as ciências da natureza sejam administradas pela mente humana¹⁰.

“Todas as vezes que um objeto se apresenta à memória ou aos sentidos, pela força do costume a imaginação é levada imediatamente a conceber o objeto que lhe está habitualmente unido” (HUME, 1999, p. 65), diz Hume acerca da relação existente entre a crença e o costume. Esta relação se dá no sentido de que a crença fortalece o hábito, uma vez que a mente não segue as sequências de ideias que ela não acredita como advindas diretamente da experiência. O que é, pois, o costume? O costume, ou hábito, é definido por Hume como “tudo aquilo que procede de uma repetição passada sem nenhum novo raciocínio ou conclusão” (TNH 1.3.8.10). Assim, ele surge naturalmente a partir da repetição de conjunções constantes e regulares e retorna à mente sempre que uma ideia já conhecida for evocada. A grande importância do costume é que é unicamente por meio dele que podemos tornar útil o conhecimento advindo da sensibilidade. Hume fala acerca deste tema na *Investigação* dizendo que “[...] depois da conjunção constante de dois objetos, por exemplo, calor e chama, peso e solidez, unicamente o costume nos determina a esperar um devido ao aparecimento do outro” (HUME, 1999, p. 61) e que “é o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que apareceram no passado” (HUME, 1999, p. 63). Estas afirmações vêm para sustentar sua hipótese de que não é por meio de nenhuma espécie de raciocínio ou silogismo que a mente é levada a se comportar de tal maneira, ou seja, esperar eventos vindouros que sejam semelhantes aos que já ocorreram. O hábito permite, portanto, que intencionalmente o homem faça cálculos que apresentem algum grau de segurança sobre os objetos da sensibilidade, na tentativa de governá-los de alguma forma. É por meio dele que as ciências naturais são possíveis. Claramente, o hábito não apresenta uso apenas para as ciências naturais, mas também para a vida cotidiana de todos os homens,

¹⁰ Este tema será tratado mais aprofundadamente no subitem 2.4.

visto que todas as vezes que a repetição de um ato ou de uma determinada operação produz uma propensão a renovar o mesmo ato ou a mesma operação, sem ser impelida por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos sempre que esta propensão é efeito do costume (HUME, 1999, p. 61).

Com o assentimento retirado da experiência, realizamos tarefas sem grandes preocupações formais: não tocamos a chama por estarmos seguros de que ela pode nos queimar, tampouco um fio desencapado por sabermos que podemos ser eletrocutados. E fazemos isto sem sequer raciocinarmos sobre o assunto, mas simplesmente fazemos, ou evitamos fazer, naturalmente. Os princípios de conexão entre ideias operam, neste aspecto, como uma força suave que as une e, em geral, sobre elas prevalece (TNH 1.1.4.1). Hume chama esses princípios de conexão de força suave pelo fato de que eles acontecem sem que a mente os note: simplesmente as ideias se associam. Por surgir na mente a partir das relações captadas da experiência, pode-se afirmar que, assim como a crença, o hábito também é uma reação natural da mente ao padrão de regularidade e constância apresentado pelas ideias, especialmente, por aquelas que se relacionam entre si.

Mas se a crença é este assentimento que a mente dá a certas sequências de ideias, o que é, então, a ficção? A ficção obedece aos mesmos padrões de associação que a crença, mas não estabelece correspondência de suas ideias com nenhuma impressão. De fato, ela não retira assentimento da experiência, mas apenas ideias para suprir suas criações. Assim, uma das diferenças entre crença e ficção é de sensação ou sentimento (TNH 1.3.8.10-13). Podemos, portanto, imaginar bestas mitológicas, mas não damos nenhum crédito a estas imagens mentais, uma vez que a ficção não busca assentimento na experiência. Porém, esta falta de crença inerente à ficção não é o bastante para diferenciá-las (HUME, 1999, p. 65). Hume afirma que,

como a mente tem autoridade sobre todas as suas ideias, poderia voluntariamente anexar esta ideia¹¹ particular a uma ficção e, por conseguinte, seria capaz de acreditar no que lhe agradasse, embora se opondo a tudo que encontramos na experiência diária (HUME, 1999, p. 65).

Esta afirmação reforça o argumento de que a diferença entre a crença e a ficção está relacionada a, ou é propriamente falando, uma maneira de sentir, ou um sentimento que a mente percebe em relação a determinadas sequências de ideias. O próprio Hume se vê em dificuldades para elucidar o que seria então esta maneira de sentir, dizendo que, “mesmo quando penso compreender perfeitamente o assunto, não encontro as palavras adequadas para expressar o que quero dizer” (TNH, Apêndice, 12). Esta dificuldade talvez advinha da insegurança gerada ao tratar desta sensação, que não é uma impressão sensível, mas surge das relações naturais entre estes objetos da mente. A diferença surge naturalmente na mente humana.

Tendo em vista todos os aspectos já apresentados, é possível notar que a causalidade, assim como a conjunção constante e regular entre ideias, são importantes para a vida, no sentido de que “é unicamente por este conhecimento que somos capazes de controlar eventos e governar o futuro” (HUME, 1999, p. 42). A compreensão das relações de causalidade é extremamente vital para a compreensão do que se propôs esta pesquisa: que a imaginação dá à mente condições de se fazer ciência.

Imaginação e ciência

Até agora foi possível perceber que a imaginação desempenha diversas funções na mente: ela une e separa as ideias, percebe as diferenças entre ideias, percebe as relações entre as ideias e as questões de fato, administra a inferência e forma o hábito. Neste ponto, serão as relações de

¹¹ Hume refere-se a qualquer ideia que já tenha um assentimento anexado a si.

causalidade que receberão maior atenção, uma vez que elas são de vital importância, tanto para a pesquisa, quanto para a vida cotidiana. Vimos, no decorrer do texto, ainda que brevemente, que as relações de causalidade são filosóficas e naturais. Talvez caiba uma explicação mais extensa deste tema. Anteriormente foram mencionadas sete relações filosóficas, a partir das quais a imaginação conecta duas ideias na mente. “A primeira delas é a semelhança. Essa é uma relação sem a qual não pode existir nenhuma relação filosófica, já que só admitem comparação os objetos que apresentam entre si algum grau de semelhança” (TNH 1.1.6.3). Segundo o argumento apresentado por Hume, sem qualquer tipo de semelhança entre objetos da mente, seria impraticável que qualquer tipo de relação entre eles existisse ou fosse percebida. Porém, ainda que sua existência seja necessária para o advento das outras relações, sua presença não é o suficiente para garantir que dois objetos sejam conectados entre si. Isto ocorre graças ao fato de que, “quando a qualidade se torna muito geral, e é comum a um grande número de indivíduos, ela não leva a mente diretamente a nenhum deles” (TNH 1.1.6.3). Uma vez que a qualidade verificada entre objetos é de abrangência muito grande, a imaginação se vê impedida de fixar sua atenção em um só objeto. A segunda relação elencada por Hume é a de *identidade*. A identidade é a relação aplicada a objetos constantes e imutáveis. Segundo Hume (TNH 1.1.6.4), é a mais universal relação existente, sendo aplicada a todo ser que dure no tempo, ou seja, exista. As relações de *espaço e tempo* configuram o terceiro tipo de relação filosófica. Uma relação também aplicada a todos os objetos da mente, as relações de tempo e espaço podem se apresentar sempre que objetos estejam relacionados pela sensibilidade. Objetos que estejam distantes ou contíguos são conectados por estas relações, assim como qualquer tipo de comparação espaço-temporal. As relações de *quantidade* ou *número* são o quarto tipo de relação filosófica e podem ser facilmente explicadas, uma vez que todos os objetos que possam ser numerados ou quantificados podem ser conectados por meio deste tipo de relação. O quinto tipo de relação filosófica são os *graus de qualidade*. Sua existência é determinada pela comparação dos graus de qualquer qualidade entre dois

ou mais objetos. Uma folha de laranjeira pode ser comparada com uma barra de ferro por meio dos graus de seus respectivos pesos. O mesmo vale para as cores que, mesmo entre as de um mesmo matiz podem apresentar diferentes graus de qualidade. Assim, o azul celeste e o azul marinho, ainda que tons de azuis, podem ser comparados e relacionados por meio da variação dos graus dessas qualidades. O sexto tipo de relação filosófica trata da relação de *contrariedade*. Certamente um dos tipos de relação que mais pode gerar dúvidas devido à sua natureza. Isto se deve ao fato de que alguém pode pensar que, já que a contrariedade também é uma relação, objetos que são contrários podem se relacionar e se conectar. Se realmente ocorresse deste modo, a afirmação de que “[...] nenhuma relação, de nenhuma espécie, pode subsistir sem algum grau de semelhança” (TNH 1.1.6.4) seria completamente infundada. Acontece que apenas as ideias de existência e não existência pode ser contrárias, quando tratando da relação entre objetos da mente. Por fim, as relações de *causalidade* configuram o sétimo e, para os fins desta pesquisa, o mais importante dos modos de relação filosófica e também uma relação natural entre ideias. Sua influência sobre a sensibilidade ocorre também no âmbito das relações naturais. Elas são consideradas relações naturais por serem notadas na relação entre os objetos da sensibilidade e sem a dependência de qualquer série de raciocínio ou silogismo. A mente capta as relações dadas naturalmente e as destaca.

A importância da causalidade para esta pesquisa parte da afirmação de que “apenas a causalidade produz uma conexão capaz de nos proporcionar uma convicção sobre a existência ou ação de um objeto que foi seguido ou precedido por outra existência ou ação” (TNH 1.3.2.2), uma vez o que o objeto maior desta pesquisa se relaciona diretamente com os objetos da sensibilidade. Isto implica, também, na capacidade que estas relações de causalidade têm de levar a mente para além das impressões presentes, antecipando os acontecimentos. Ora, parece não haver quem discorde de que a ideia de causalidade não deriva de uma impressão sensível. Se esta conexão derivasse de alguma impressão particular, quando fossem analisados dois objetos distintos, porém relacionados pelo

que é chamado de causalidade, deveria ser possível verificar, na sensibilidade, a impressão que leva de uma causa a um efeito. Na verdade, esta passagem não é sentida. Isto, entretanto, não contradiz a máxima obtida de que todas as ideias derivam de impressões, uma vez que toda relação de causa e efeito deriva de alguma condição de contiguidade e sucessão entre dois ou mais objetos. Assim, de todas as vezes em que foi verificado o calor acompanhando o fogo, o o frio acompanhando o gelo e a umidade acompanhando a água, a imaginação, notando a regularidade constante dessas ideias, insere a relação de causalidade, transformando os primeiros em causas e os que os seguem em efeitos.

No *Tratado*, ao explicar que apenas quatro das relações filosóficas, “por dependerem unicamente das ideias, podem ser objetos de conhecimento e certeza” (TNH 1.3.1.2), Hume afirma que apenas estas quatro são fundamento da ciência. Gostaria de pedir licença para afirmar algo diferente. Na verdade, gostaria de chamar a atenção para o seguinte fato: no *Tratado* as ciências da natureza não são elencadas como ciências, já que seu conhecimento não é certo e livre de dúvidas. De fato, “por ‘conhecimento’ e ‘raciocínio científico’ Hume denota, simplesmente, os processos cognitivos *a priori* da intuição e demonstração, geradores de conhecimento certo” (CHIBENI, 2013, p. 230-231), afastando do campo científico tudo o que advinha da experimentação. O que será feito de agora em diante parte de uma abordagem diferente do conceito de ciência. Serão tratadas as ciências naturais, e não as teóricas. Assim, nada mais justo que explicar as diferenças entre estes dois blocos de ciências, a começar pelas que denomino *a priori*.

As ciências *a priori* recebem este nome por serem suficientes e satisfatórias sem o auxílio das impressões e da experiência. Isto não altera a necessidade de existência de impressões, mas apenas retira o campo de ação destas ciências para um plano onde apenas ideias são abordadas. Estas ciências apresentam relações apenas entre as ideias presentes na mente e apenas entre aquelas que não precisam das impressões para sua verificação. Mais precisamente, as relações que surgem desta forma são *semelhança, contrariedade, graus de qualidade e proporções de*

quantidade e número. Na *Investigação*, cada uma destas conexões recebe nomes específicos, que já foram apresentados nesta pesquisa, a saber, relações de ideias (HUME, 1999, p. 47). Resumidamente, Coventry (2007, p. 107) fala que elas são as relações existentes apenas entre as ideias, sendo demonstráveis ou intuitivamente certas. Negá-las implica uma contradição, não necessitam de qualquer tipo de evidência sensível, portanto, não tratam de existência ou não existência, e incluem a matemática pura. Hume exemplifica, dizendo: “*que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos lados*, é uma proposição que exprime uma relação entre estas figuras. *Que três vezes cinco é igual à metade de trinta* exprime uma relação entre estes números” (HUME, 1999, p. 47). Assim, sempre que o objeto de alguma ciência oferecer relações intuitivamente corretas, demonstráveis e que não dependam da experiência, serão objetos abordados pelas ciências *a priori*, ou, utilizando a terminologia humiana, pelas relações de ideias. Portanto, a aritmética, a álgebra e a geometria são as ciências que surgem a partir destas relações.

Por outro lado, surgem as ciências naturais – ou mesmo experimentais. Este nome se deve ao fato de serem ciências que dependem dos objetos e de suas ideias. Segundo Deleuze (2001, p. 92), estas relações são exteriores às ideias, ou seja, precisam da sensibilidade e da experiência para sua verificação. Valadares também defende que “a relação que a imaginação estabelece entre duas ideias é exterior a estas, e não pode ser deduzida a partir da consideração de nenhuma delas em particular” (2009, p. 255-256). Estas relações foram chamadas pelo nome *questões de fato* e, como o nome diz, são questões sobre os fatos, o que implica em existência ou não existência dos objetos. Além disto, sua negação jamais implica em contradição. Afirmar “*que o sol não nascerá amanhã* é tão inteligível e não implica mais contradição do que a afirmação de *que ele nascerá*” (HUME, 1999, p. 48). O argumento utilizado é que, se fosse algo contraditório de se afirmar, a mente jamais poderia conceber tal ideia de maneira clara e distinta. São relações que estão abaixo de qualquer nível de certeza e demonstração. É o que acontece com a física, por exemplo. Desde os primórdios desta ciência suas certezas têm sido questionadas e

modificadas. O que um dia foi o átomo, a partícula indivisível, em relação a qual jamais se poderia encontrar algo menor, hoje, afirmam os físicos, é muitas vezes maior que as partículas que o compõe¹².

Diversas ponderações feitas durante esta pesquisa permitem a seguinte afirmação: a imaginação administra as ideias de maneira segura o bastante para permitir que a mente faça ciência dos objetos sensíveis. Pode-se simplificar dizendo que é por meio da imaginação que a mente concebe as ciências da natureza. Em primeiro lugar, as ciências em questão, conforme já afirmado, são as ciências naturais, como a física e a química, por exemplo. Isto significa que são ciências que estão fora do campo intuitivo-demonstrativo, ou seja, as relações que as definem se apresentam no campo da experimentação. Desta forma, relacionando estas informações com as afirmações de Hume sobre os tipos de relações que a mente cria, pode-se afirmar com segurança que estas ciências naturais dependem das questões de fato, e não das relações de ideias. A natureza de cada uma das ciências naturais permite este tipo de afirmação. A física newtoniana, por exemplo, depende de experimentação na formulação e teste de suas leis. Newton só pôde perceber a relação existente entre o movimento e o objeto voltando-se para o campo experimental, ou seja, observando os objetos naturais. O mesmo vale para os objetos da química, já que a combinação de componentes químicos é, antes de mais nada, uma experimentação. Percebe-se então que as ciências abordadas não são as ciências da matemática pura, cujas relações de ideias bastam para sua manipulação. Então, qual a relação entre a imaginação e as ciências naturais, que permite que estas existam?

Ideias como a de causalidade, por exemplo, que são vitais para as ciências naturais, só podem surgir com a observação e a experiência, mas não surgem diretamente delas (CHIBENI, 2013, p. 232). O que acontece é

¹² Podem ser encontradas referências sobre este assunto na obra de Hinrichs e Kleinbach, onde afirmam que “evidências concretas de que os átomos não eram esferas duras e indivisíveis, nem havia uma partícula elementar, tornaram-se disponíveis no final do século XIX, com as descobertas do elétron e da radioatividade” (HINRICHS, KLEIBACH, 2002, p. 336).

que a mente recebe sequências de percepções constantes e regularmente conectadas e, a partir daí, se torna capaz de inferir a existência de um objeto a partir do surgimento de outro, “em conformidade com nossa experiência passada” (TNH 1.3.6.2). Esta experiência passada, que forma o hábito, permite que a mente relacione os objetos que apresentam conjunções constantes e regulares como causas e efeitos. A preocupação de Hume em relação a isto é mostrar que as causas e seus efeitos são contíguos, no tempo e no espaço, mas as causas são temporariamente anteriores aos seus efeitos, o que ele chama de “prioridade da causa em relação ao efeito” (TNH 1.3.2.6-7). Foi amplamente discutido que, da repetição destas conjunções constantes e regulares, a imaginação passa a inferir a existência de um objeto, mais precisamente, de uma ideia, a partir do surgimento de outro objeto, mais precisamente, de uma impressão. Hume defende intensamente o argumento de que a inferência “não é determinada pela razão, mas por certos princípios que associam as ideias desses objetos e as unem na imaginação” (TNH 1.3.6.12). Chibeni (2013, p. 232) chama a atenção para o seguinte aspecto: a razão a que Hume se refere neste momento é tanto a razão tida como demonstrativa, quanto aquela “capaz de estruturar argumentos prováveis, i.e. relativos às questões de fato” (CHIBENI, 2013, p. 232). A mente, por si só, é capaz de perceber todas estas operações que ela mesma realiza, mas cabe à imaginação administrá-las, conectando as ideias, inferindo ideias a partir do surgimento de impressões, verificando a conjunção constante e regular de percepções da mente e formando o hábito. A concepção de que a imaginação atua intensamente nas relações que a mente concebe é reforçada por Valadares, que defende que “se uma ideia se faz presente à imaginação, qualquer outra, unida a ela por relações de semelhança, contiguidade e causalidade, segure-lhe naturalmente” (2009, p. 255). Foi amplamente descrito que as questões de fato são pautadas nestas três relações aqui referidas por Valadares.

Desta forma, todos os indícios levam ao entendimento de que a imaginação, por administrar as operações ativas e passivas¹³ da mente relativas às questões de fato, é fomentadora das ciências naturais. Na seção IV da Investigação, Hume trata amplamente das questões de fato, nas quais estão inseridas todas as ciências experimentais ou da natureza. Na verdade, o objeto desta seção são as relações de causa e efeito. O primeiro trabalho que Hume assume nesta seção é o de provar que as relações de causa e efeito não são, de modo algum, descobertas por algum tipo de raciocínio *a priori*, mas sim pela experiência. Ele diz que:

[...] o conhecimento geral desta relação não se obtém, em nenhum caso, por raciocínios *a priori*, porém nasce inteiramente da experiência quando vemos que quaisquer objetos particulares estão constantemente juntados entre si (HUME, 1999, p. 49-50).

Ora, as relações de causa e efeito, amplamente enunciadas nesta pesquisa, dependem de alguns fatores. Primeiramente, como pode-se perceber, a mente só é capaz de conceber uma relação de causalidade plena a partir da experiência, ou seja, da conjunção constante e regular de impressões numa determinada ordem. O próximo passo na análise das questões de fato, parte da afirmativa de que,

se nos fosse mostrado um corpo de cor e consistência análogas às do pão que havíamos comido anteriormente, não teríamos nenhum escrúpulo em repetir o experimento, prevendo com certeza que ele nos alimentará e nos sustentará de maneira semelhante (HUME, 1999, p. 54).

¹³ Tomo liberdade para, assim como na biologia, chamar de *operações passivas* todas as operações realizadas pela mente sem a influência da intenção do homem, assim como a *memória*. Desta forma, *operações ativas* são todas as ações da mente que estão submetidas à vontade e intenção do homem. Vale destacar que a *imaginação* pode apresentar operações ativas e passivas.

Tendo a mente verificado esta conjunção constante e regular de percepções, ela passa a antecipar uma ideia, a partir do surgimento de uma impressão, o que foi enunciado anteriormente com o nome de inferência.

Após este percurso sobre como a mente adquire as ideias por meio das percepções e como as óperas, podemos entender, ainda que brevemente, sobre as diferenças naturais existentes entre a memória e a imaginação. À última, que é o objeto deste texto, foi dedicado maior esforço a fim de compreender mais adequadamente sua natureza e suas capacidades. A natureza maleável da imaginação lhe permite operar as ideias de uma forma muito mais livre do que a memória poderia fazê-lo e leva à mente diversas possibilidades e capacidades distintas. É pela liberdade da imaginação que somos capazes de construir ao hábito e a inferência, de testar novas combinações entre ideias e de compor ou decompor novas ideias a partir das percepções recebidas pela mente. O conjunto de capacidades da imaginação, associado à sua natureza dotada de liberdade conferem a ela a capacidade de aferir, de inferir e de nos proporcionar algum grau de segurança para que possamos discutir ou trabalhar as questões de fato e aquilo que foi chamado de ciências experimentais.

Referências

CHIBENI, Silvio Seno. Hume e as Bases Científicas da Tese de que Não Há Acaso no Mundo. *Principia, an international journal of epistemology*, Santa Catarina, v. 16, n. 2, p. 229-254, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1808-1711.2012v16n2p229>.

COVENTRY, Angela M. *Hume: a guide for the perplexed*. Londres: Continuum, 2007.

COVENTRY, Angela M. *Compreender Hume*. Trad. Hélio Magri Filho. Petrópolis: Vozes, 2011.

DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.

HINRICHS, Rogers; KLEIBACH, Merlin. *Energia e Meio Ambiente*. Trad. Flávio Maron Vichi e Leonardo Freire de Mello. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. New York: Oxford University Press, 2000.

HUME, David. *Tratado Da Natureza Humana*. Trad. Déborah Danowski. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

HUME, David. *Investigação Acerca Do Entendimento Humano*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

STROMINGER, Gerhard. Hume's Theory of Imagination. *Hume Studies*, Virginia, v. 6, n. 2, p. 91-118, 1980. DOI : <https://doi.org/10.1353/hms.2011.0637>.

VALADARES, Alexandre Arbex. A Teoria da Causalidade Imaginária na Filosofia de Hume. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 50, n. 119, p. 251-268, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1353/hms.2011.0637>.

Data de registro: 25/11/2019

Data de aceite: 04/02/2020